

## Territórios na imprensa: uma análise da representação das áreas de vulnerabilidade social no Espírito Santo<sup>12</sup>

Ana Carolina RONCHI<sup>3</sup>

Edgard REBOUÇAS<sup>4</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

### Resumo

O presente artigo visa tecer uma discussão sobre a representação das áreas de vulnerabilidade social da Grande Vitória na imprensa. Tendo como método a Análise de Conteúdo (Bardin, 2002), é mapeado de que forma os territórios vulneráveis foram apresentados ao longo do ano de 2016 nos jornais impressos capixabas *A Gazeta* e *A Tribuna*. As conclusões conduzem à constatação de que há poucos conteúdos destinados a discutirem a problemática com maior complexidade, e que as matérias reforçam a dualidade de encarar a violência em uma relação punitiva, com ênfase nas perseguições policiais e prisões. É a polícia *versus* os “bandidos”, o “bem *versus* o mal”.

**Palavras-chave:** Imprensa; vulnerabilidade social; representações; Espírito Santo.

### Introdução

O jornalismo como instituição social é aquele que, convencionalmente, se torna responsável por dar sentido e organização aos acontecimentos cotidianos. Seguindo um *ethos* próprio do campo e procedimentos padronizados que hierarquizam os fatos sociais é ele que diariamente fala sobre o outro e para o outro. Por isso se torna importante a reflexão sobre como ele apresenta suas representações: o jornalismo está diretamente relacionado à vida das pessoas, à vida em sociedade. Assim sendo, esta pesquisa busca lançar apontamentos iniciais sobre a representação das áreas de vulnerabilidade social no Espírito Santo na imprensa. Ao lançar luz sobre os veículos capixabas compreende-se ter em mãos um fértil campo de discussão. Ao tentar abranger as maneiras da imprensa representar esses espaços marginalizados é possível tecer reflexões sobre estas áreas, sobre o jornalismo e, conseqüentemente sobre a própria sociedade.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>3</sup> Jornalista, mestra pelo do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES, pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. E-mail: ana.ronchi.acr@gmail.com.

<sup>4</sup> Jornalista, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES e do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência. E-mail: edgard.reboucas@ufes.br.

---

Ao falar sobre a representação de grupos e territórios no jornalismo é necessário reforçar o processo de rotinização nas empresas jornalísticas. Faz-se importante compreender que o padronizar do exercício profissional pode acabar também por criar imagens pré-estabelecidas e/ou estereotipadas. Assim como alerta Nelson Traquina (2013), muito mais do que se concentrar historicamente em uma classe, a cultura jornalística é também rica em valores e símbolos que acabam por lançar ao público representações sociais que fornecem as figuras de vilões e heróis.

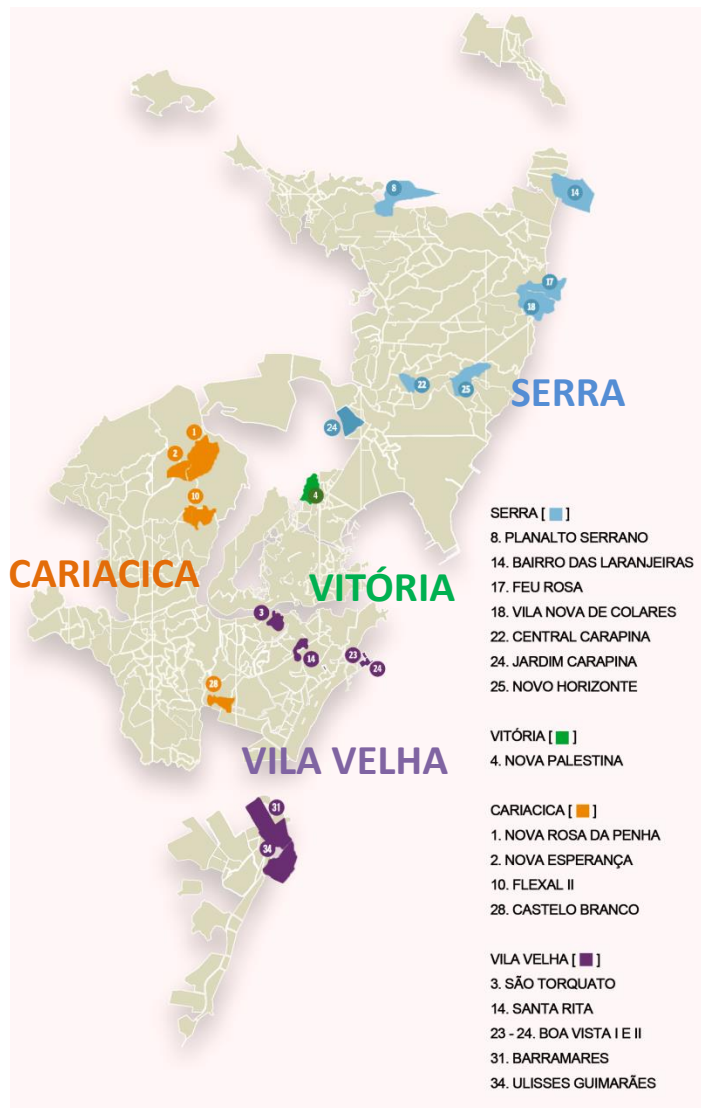
Dar ordenamento a um caótico número de acontecimentos é essencial para que se produza jornal todos os dias. O risco é que essa ordem seja internalizada a ponto de resumir complexos problemas sociais em dicotomias e/ou fórmulas simplificadoras. Sobre esta temática, Nilson Lage (2001) reforça que buscar trabalhar com fórmulas prontas será sempre receita de sucesso. A aceitação desses modelos já formados será sempre garantida. É também por isso que se instaura a generalidade do particular e as notícias tornam-se exemplos de algo sobre que há consenso ideológico. A variedade de coisas do mundo se organiza como uma espécie de regularidade. Neste artigo, de forma especial, há o intuito mostrar a compreensão sobre que maneira essas formulações se relacionam com as áreas de vulnerabilidade social na região da Grande Vitória, no Espírito Santo.

Discutir sobre o conceito de vulnerabilidade social é compor relações em diversos âmbitos. Dos índices de escolaridade aos de violência: muitos são os fatores que levam determinada região a ser considerada de vulnerabilidade social. Assim, sendo, opta-se por realizar uma análise da representação midiática que compreenda os bairros da Região Metropolitana da Grande Vitória inseridos no projeto Ocupação Social. Lançado pelo Governo do Estado do Espírito Santo (gestão 2015-2018), Ocupação Social é apresentado como uma “política prioritária” que articula entre o setor privado, a sociedade e os poderes públicos atividades elaboradas especialmente para o público jovem, de baixa renda, marcado pela espiral de violência urbana e morador de áreas de alta vulnerabilidade social (SEDH, 2017).

Para estabelecer esses índices – da vulnerabilidade e da violência - o programa realizou o mapeamento entre os anos de 2010 e 2014 dos bairros com maiores índices de homicídios do Espírito Santo e das localidades que mais concentravam jovens fora da escola. O resultado final aponta para 26 localidades que se concentram em nove municípios. Dessas, 18 estão na Região Metropolitana da Grande Vitória e fazem parte do

*corpus* de análise da pesquisa que deu origem a este artigo, estando elas: em Vila Velha (Barramares, Ulisses Guimarães, São Torquato, Santa Rita e Boa Vista I e II), Vitória (Nova Palestina), Serra (Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Jardim Carapina, Novo Horizonte, Planalto Serrano, Central Carapina e Bairro das Laranjeiras) e Cariacica (Castelo Branco, Nova Rosa da Penha, Flexal II e Nova Esperança).

### Áreas de vulnerabilidade social na Grande Vitória analisadas



É necessário ressaltar que a violência em si, é apenas índice, é o resultado visível de uma realidade heterogênea que, muitas vezes, aponta para faltas – sejam elas mais “básicas”, como iluminação pública – e ausências – do Estado de uma forma geral. À vista disso, interessa visualizar que relações se estabelecem entre a imprensa e os

territórios vulneráveis. É necessário encarar que, por trás de todo conteúdo noticioso há o olhar do jornalista – que por vezes representa uma realidade da qual ele não faz parte –, mas que, acima de tudo, há o estabelecimento da notícia como produto resultante de um processo empresarial e mercadológico. É também por fazer parte de um grupo empresarial que o jornal precisa recorrer a certas padronizações para produzir conteúdo. E é também pela existência dessas dinâmicas pré-estabelecidas que as coberturas noticiosas de diferentes veículos podem se assemelhar. Levando tal fato em consideração, para além da análise dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* – veículos impressos capixabas mais antigos em circulação no Espírito Santo –, realizou-se também um comparativo entre as coberturas dos veículos sobre os bairros de vulnerabilidade social.

O corpus empírico da pesquisa é composto pelos jornais impressos *A Gazeta* e *A Tribuna*. Utilizou-se o método de análise de conteúdo, assim como uma análise comparativa que possibilitou mapear similaridades e diferenças entre as coberturas dos dois veículos. A adoção da análise dos dois jornais se dá, pois, propicia uma maior amplitude e riqueza na compreensão da problemática. Por pertencerem a distintos grupos e públicos foi possível visualizar também a existência de diferentes abordagens nos veículos ao evidenciarem conteúdos sobre os bairros de vulnerabilidade social.

Partindo de uma análise de conteúdo, como proposta por Laurence Bardin (2002), foram investigadas as edições do ano de 2016 dos dois jornais, sendo utilizadas as editoriais de Cidades, Polícia e Cultura. Optou-se por tal recorte temporal, pois, dos períodos mais recentes que poderiam ser utilizados para análise é o que não apresenta nenhuma anomalia metodológica – como o ano de 2017, por exemplo, quando foi registrada a greve da Polícia Militar, ao longo de todo o mês de fevereiro – que poderia interferir na cobertura noticiosa rotineira.

## **BAIRROS VULNERÁVEIS EM A GAZETA E A TRIBUNA**

### Ocorrências de conteúdos sobre os bairros de vulnerabilidade social em A Tribuna em 2016

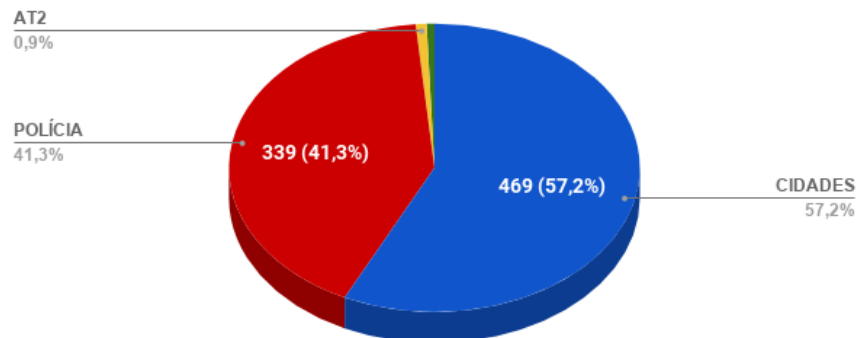


Gráfico 1: Dados das editorias de *A Tribuna*

Ao longo de todo o ano de 2016 foram registradas 821 ocorrências sobre os bairros de vulnerabilidade social da Grande Vitória no jornal *A Tribuna*. Todos esses acontecimentos foram registrados pelo veículo na seguinte proporção: 469 (57,1%) ocorrências em Cidades; 339 (41,3%) ocorrências em Polícia; sete (0,9%) ocorrências em AT2 e cinco (0,6%) ocorrências como capas do jornal.

### Ocorrências sobre os bairros de vulnerabilidade social em A Gazeta durante 2016

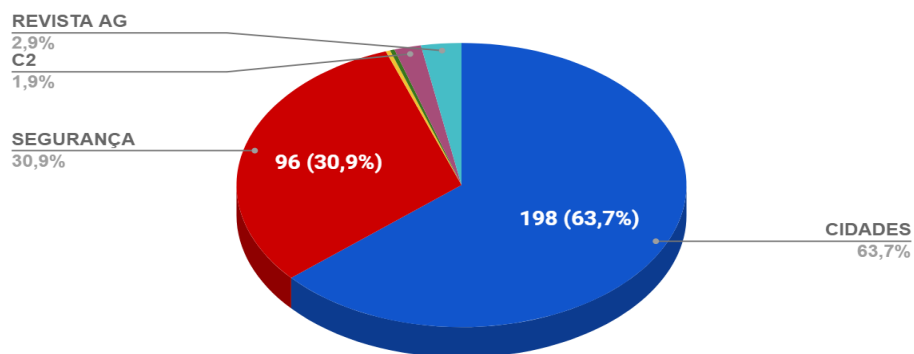


Gráfico 2: Dados das editorias de *A Gazeta*

Proporcionalmente a *A Tribuna*, *A Gazeta* registrou menos do que a metade de ocorrências sobre os bairros vulneráveis, totalizando 311 ao longo de 2016. Este número é dividido nas seguintes editorias: 198 (63,7%) ocorrências em Cidades; 96 (30,9%) ocorrências em Segurança; nove (2,9%) ocorrências na Revista AG; seis (1,9%) no C2; uma (0,3%) ocorrência em Vida e Família e uma (0,3%) ocorrência em Vida e Ciência.

---

Antes da coleta de dados havia o pressuposto de que seriam encontrados mais materiais em Polícia/Segurança do que nas outras duas editorias. Tal suposição se dava pelo fato de que muitos desses bairros vulneráveis povoam o imaginário social como locais violentos, levando dessa forma a acreditar que seriam assim também representados pelos veículos. Contudo, como é possível constatar, a editoria que mais noticiou sobre essas localidades foi Cidades.

Em números absolutos, de fato, Cidades recebe o maior número de ocorrências, entretanto, quando se analisa de que maneira esses bairros são citados na editoria, a maior parte diz respeito a menções em um contexto regional, às vezes até mesmo estadual. O ano de 2016 foi marcado por acontecimentos na área da saúde – como o surto de Zika e do H1N1 – que levaram a imprensa capixaba a divulgar mais conteúdos sobre essas temáticas do que iria normalmente, logo, muitas das matérias que foram produzidas tinham um caráter regional, apenas citando bairros e não narrando sobre acontecimentos diretamente relacionados a eles. O ano de 2016 foi marcado também por forte seca no Espírito Santo que ocasionou um racionamento de água na Região Metropolitana. Tal fato também contribuiu para grande ocorrência sobre os bairros em Cidades – muitas delas eram apenas citações de quando aquele município (e consequentemente bairros aqui analisados) passaria por racionamento.

Quando se analisa para além desse número absoluto, e contabilizam quantas vezes os bairros aparecem como protagonistas do conteúdo noticioso há uma queda. Como visto, *A Tribuna* registrou 821 ocorrências ao todo no ano de 2016, porém, 335 dessas ocorrências representam o bairro como protagonista. Já em *A Gazeta*, o número absoluto é de 311 ocorrências, sendo que, ao visualizar em quais delas o bairro é protagonista o número cai para 115 ocorrências. Em muitos casos, todas as ocorrências em que o bairro é apresentado como protagonista são catalogadas em Polícia/Segurança.

É notável não apenas as diferenças da quantidade de ocorrências registradas entre as editorias dos jornais, mas entre as editorias de um mesmo veículo. Em *A Tribuna* Cidades e Polícia têm uma diferença de pouco mais que 100 ocorrências. Já em *A Gazeta* as ocorrências registradas em Segurança são a metade das registradas em Cidades. Tais características, para além de números, refletem sobre as linhas editoriais dos veículos, assim como dizem sobre a importância dada por cada jornal à edição de Polícia, principalmente.

No começo da pesquisa partia-se do pressuposto de que a imprensa capixaba apresentaria majoritariamente um discurso oficial – vindo de fontes como Polícia e Secretaria de Segurança pública, por exemplo – sobre os bairros de vulnerabilidade social. A polícia foi, de fato, fonte recorrente ao narrar sobre as localidades, já que, grande parte dos conteúdos diretamente relacionados aos bairros estavam no caderno de Segurança/Polícia. Há, contudo, uma grande diferença na apresentação do conteúdo policial entre *A Gazeta* e *A Tribuna*: enquanto no primeiro, das 96 ocorrências em Segurança apenas 24 (aproximadamente 25%) eram notas, em *A Tribuna* mais de 50% dos conteúdos divulgados são (das 339 ocorrências em *A Tribuna* 171 são notas). O marco expressa que, quantitativamente *A Tribuna* divulga muitos conteúdo policiais, mas, na maioria das vezes, se tratam de descrições de Boletins de Ocorrências, sem apresentação de outras fontes como testemunhas ou moradores, por exemplo. Já em *A Gazeta*, (que entre as 96 ocorrências em Segurança 25% são apresentadas como notas) os conteúdos se dividem majoritariamente entre notícias de ¼ de página até reportagens especiais de uma página inteira.

Com exceção dos conteúdos que são mera descrição dos crimes, os veículos recorreram também a moradores ou testemunhas para falar sobre os acontecimentos. Questionava-se, no início da pesquisa, se os jornais apresentariam esses depoimentos. Por vários momentos eles estiveram, de fato, presentes nas produções jornalísticas, entretanto, o que não havia sido levado em consideração é que, os moradores até falam, há, contudo, o medo de se identificar para o jornal, o medo de ser reconhecido por aqueles que são considerados entre os moradores pessoas do crime.

Ainda relacionado às narrativas policiais há a diferença de posicionamento ao falar sobre crimes nos jornais. *A Tribuna* é mais descritiva – busca mapear o passo a passo do crime, quantos tiros foram dados, que locais dos corpos foram atingidos – enquanto *A Gazeta* não se prende a esses tipos de detalhes. *A Tribuna* também por vezes colocou trechos de entrevistas com os acusados dos crimes, em *A Gazeta* esse tipo de atitude não ocorre.

Outro ponto a ser analisado dizia respeito à diferença entre as editorias de Cultura e Polícia ao narrar sobre os bairros de vulnerabilidade. Em *A Gazeta*, das 311 ocorrências registradas seis são do C2 e nove da Revista AG, totalizando 15 ocorrências sobre cultura nesses bairros. Em *A Tribuna*, das 821 ocorrências apenas sete estavam em AT2. Esse resultado instiga três pontos: o primeiro é a falta de divulgação de

---

conteúdos culturais sobre as localidades - são 18 bairros analisados durante um ano e há o registro apenas de 22 ocorrências nos cadernos de cultura dos principais jornais impressos no Espírito Santo; O segundo ponto diz sobre o caráter e estrutura dos próprios jornais que tendem a usar essas seções para um apanhado geral de acontecimentos do estado, às vezes, mais como agenda (com horários de filmes em cartaz e dias de shows) do que matérias propriamente ditas; O terceiro ponto é: há de fato opções de lazer e cultura nessas localidades que proporcionem a elas virar assuntos nos jornais?

### **Relação moradores e bairros de vulnerabilidade social**

Compreender as dinâmicas que atuam sobre os bairros de vulnerabilidade social na Grande Vitória é também lançar luz sobre os aspectos físicos e simbólicos dessas localidades – aqui, de forma especial, pretende-se discutir sobre esses mecanismos por aquilo que é representado nos jornais impressos. Assim sendo, além de conteúdos sobre violência – que também dizem respeito às relações estabelecidas nesses ambientes – ao longo do ano de 2016 os jornais divulgaram conteúdos que proporcionam ter um melhor entendimento da(s) territorialidade(s) que são formadas nessas localidades.

O fato mais marcante sobre as narrativas dos jornais sobre os bairros de vulnerabilidade é que, mesmo que o mote do conteúdo apresentado não seja sobre a violência, esta acaba por permear as narrativas sobre os bairros de alguma maneira. Entender tal fato diz respeito também a compreender que, sejam nas ocorrências policiais, ou seja nos conteúdos culturais, de alguma forma as dinâmicas da violência acabam por permear as práticas sociais existentes nos bairros. É possível visualizar essa concepção com alguns dos conteúdos divulgados por *A Gazeta* ao longo de 2016.

Em 13 de março o jornal divulgou a reportagem especial intitulada “Eles lutam para mudar a vida de seus bairros”. Três dos 18 bairros vulneráveis analisados são citados no conteúdo: Flexal II, Jardim Carapina e São Torquato. O jornal evidenciou na ocasião o trabalho voluntário de moradores dessas localidades que se propõem a gerar atividades culturais para os jovens. O primeiro exemplo citado era o do porteiro Judismar Moraes. O morador coordenava uma escolinha de futebol em Flexal II. De acordo com a entrevista dada ao jornal por Moraes ou se realizam esses projetos ou a



---

escolha dos jovens será o crime: “Se não estiverem jogando, vão estar na rua, sujeitas aos chamados do tráfico” (A *GAZETA*, 2016, p. 10-11)

O segundo exemplo trazido no jornal é de Jardim Carapina, o Grupo “Periferia Resiste”. A *Gazeta* pontua que com as doações da própria comunidade são realizadas oficinas de grafite, dança, música, palestra, cinema, entre outros. É também pela fala de um dos coordenadores e morador da região que o jornal reforça a relação da violência com o bairro: “Só o nome do bairro já assusta e isso é que queremos mudar. Somos muito mais do que violência e crimes” (A *GAZETA*, 2016, p. 10-11), dizia Ucrisfem da Silva Oliveira, o Zucri.

O terceiro exemplo de trabalho voluntário que busca mudar a realidade do bairro é do lutador de MMA de São Torquato. “Quando saiu do presídio, após oito anos preso por tráfico, Wanderson Netzel, 29 anos, percebeu que muita coisa tinha mudado em seu bairro, região de São Torquato. ‘O crime tinha tomado conta’” (A *GAZETA*, 2016, p. 10-11).

Outro exemplo de conteúdo nos jornais que demonstra parte das dinâmicas sociais dos bairros de vulnerabilidade é a reportagem especial da Revista AG, em A *Gazeta* no dia 17 de abril. Com o título “Pelo Coletivo” o jornal apresenta coletivos que mudam a realidade de seus bairros. Novamente o grupo “Periferia resiste”, em Jardim Carapina, é citado pelo jornal. Dessa vez há mais conteúdo descrevendo a história do grupo, assim como se dá a atuação do mesmo. Entretanto, mesmo que seja um conteúdo sobre cultura, dentro de um caderno especial que só sai aos domingos, as referências sobre a violência não deixam de ser pontuadas na narrativa sobre o bairro. Ao entrevistar novamente Zucri, o morador pontua que uma das frentes do projeto é um pré-vestibular gratuito para os jovens da localidade. Zucri ainda reforça que tal iniciativa acabar por atender até mesmo adolescentes de bairros vizinhos como Planalto Serrano e Novo Horizonte. Novamente, ao trazer à tona a questão da violência no bairro há o reforço de que, projetos como esse colaboram para a manutenção de jovens fora do crime.

Zucri explica que nunca existiu resistência dos traficantes. “Nenhum traficante se opõe as nossas ações. Até porque eles não querem que seus filhos sigam os mesmos caminhos. Se tivessem tido opções, com certeza, teriam um destino diferente”. (A *GAZETA*, 2016, p. 14-15)

---

Os trechos dos noticiários acima possibilitam a reflexão sobre a violência e as dinâmicas por ela impostas nos ambientes vulneráveis, assim como as territorialidades presentes. Milton Santos (2002), ao discutir sobre território ressalta que se vive em uma época de medo e o problema inquieta e interessa as pessoas. Para o autor, a simples palavra “metrópole” acaba por ser síntese dos males como a pobreza, o desemprego, o crime banalizado e a insegurança institucionalizada (SANTOS, 2002, p. 123). Santos reforça ainda que, nesse processo de compreender esses males sociais acaba-se gerando mais medo das vítimas do que das causas: “O maior medo é, sem dúvida, o medo da pobreza e o medo dos pobres” (SANTOS, 2002, p. 126).

As pontuações de Milton Santos são necessárias para compreender a complexidade da violência que se apresenta como um problema sistêmico e não como algo pontual na sociedade. O cenário apresentado pelo autor precisa ser levado em consideração também para que se analise a cobertura noticiosa. Faz parte – ou deveria – da rotina dos jornais refletir em como são abordados e enquadrados os assuntos (inclusive a violência) que, diariamente, enchem as páginas dos jornais. É necessário que os acontecimentos sejam noticiados – e é por isso também que se têm jornais -, entretanto, não se pode cair no erro de discutir assuntos tão delicados partindo de um senso comum.

Ainda sobre as dinâmicas presentes nos bairros vulneráveis, é possível citar os conteúdos divulgados na coluna “*A Tribuna com você*”, em *A Tribuna*. No espaço, ao longo de 2016, foram divulgados conteúdos sobre os bairros Jardim Carapina, Nova Rosa da Penha, Novo Horizonte, Planalto Serrano e Vila Nova de Colares. A seção é formatada de modo que seja contada a história do bairro – o que é importante, já que nem as prefeituras têm esses dados – e, ao longo dos dias na semana são divulgados conteúdos sobre o que de curioso, importante e relevante fazem os moradores e/ou acontece nos bairros. Se por um lado o jornal contribui para o registro histórico da localidade, por outro, tais conteúdos – mesmo que estejam em Cidades - não necessariamente irão trazer uma nova imagem sobre o bairro que não se relacione com a violência. Tal fato se dá, por exemplo, porque há meses, como em agosto em Jardim Carapina, em que há duas ocorrências em “*A Tribuna com você*” sobre o bairro, mas, em compensação, no mesmo período são divulgadas sete notícias em *Polícia*.

Entender a configuração do jornal sob esse aspecto dialoga com Marcondes Filho ao discutir sobre a programação noticiosa. Para o autor, quando alguns aspectos

---

desta incomodam o leitor, outros elementos o confortam: “nenhum jornal sobreviveria se trouxesse em suas páginas somente notícias ruins e preocupações” (MARCONDES FILHO, 1986, p. 18).

### **Responsabilidade social, padrões de comportamento e estereótipos**

Ao falar sobre o papel do jornalismo, Cremilda Medina (1982) reforça que, quando o profissional tem consciência de seu papel de intermediário e de tradutor de linguagens específicas que vai levar esses conteúdos à maior audiência possível, seu comportamento muda. A autora reforça que não é necessário que o profissional discuta no mesmo nível do entrevistado, contudo ele precisa ser capaz de questionar e perguntar, exigir explicações, chamar à realidade social uma fonte (que por seu trabalho) está condicionada em um circuito fechado.

A respeito do tratamento dado as fontes Charaudeau (2006) pontua que os especialistas podem parecer intocáveis, pois são considerados representantes do saber. O autor sinaliza que esses personagens não agem com total independência, pois, “ora estão ligados ao poder porque foram chamados ou nomeados por um governo”, “ora estão ligados às mídias pelo fato de que, solicitados a pronunciar-se, sabem que devem falar de uma determinada maneira e, ao mesmo tempo, exibir-se como um ‘bom especialista’”. Charaudeau sublinha ainda que uma mídia não convocará qualquer especialista. Serão convidados a falar aqueles que “são considerados como ‘tendo sempre alguma coisa para dizer em nome das testemunhas’” (CHARAUDEAU, 2006, p. 193-194, grifos do autor).

Sendo, portanto, o jornalismo essa instância que recorre às outras instituições para lançar compreensões sobre os acontecimentos sociais, é necessário visualizar a maneira como tais conteúdos são construídos: quem é convidado a falar, em nome de quem – ou do que – ele fala e que espaço recebe no conteúdo noticioso.

É importante que o jornalista tenha conhecimento do jogo de interesse que pode haver por trás de cada fonte, mas, sobretudo, é fundamental que o profissional acione aqueles que mais tenham competência para discutir determinado assunto. Sem isso, o jornal pode acabar divulgando conteúdos que não necessariamente representem a realidade evidenciada no conteúdo noticioso.

---

Sob esse viés é importante citar a reportagem publicada em *A Tribuna* em 6 de abril de 2016 denominada “As 35 linhas mais perigosas” (imagem abaixo). O jornal, na ocasião, procurou motoristas do Transcol (sistema de transporte coletivo metropolitano) para elaborar a lista das linhas de ônibus com mais perigo. O jornal apresenta o depoimento do presidente do Sindirodoviários na época (Carlos Roberto Louzada), de um motorista que não tem o nome divulgado por medo e de passageiros de ônibus que, com suas falas, ajudam a reforçar o ranking criado pelo jornal. A questão é que tal mapeamento não é oficial. O próprio trecho inicial do texto reforça a metodologia para chegar aos dados: “Um levantamento feito com exclusividade pela reportagem de *A Tribuna*, junto a motoristas, mostra as 35 linhas de ônibus em que mais acontecem assaltos na Região Metropolitana” (*A TRIBUNA*, 2016, p. 15). Além disso, a própria nota da Polícia Militar na reportagem afirma não ser esse um número oficial: “A lista fornecida pelo Sindirodoviários é um dos documentos que serve como base para o planejamento operacional da PM. No entanto, oficialmente, essas linhas não são as mais perigosas” (*A TRIBUNA*, 2016, p. 15).

Com base em tal conteúdo é possível lançar questionamentos sobre a produção de conteúdos noticiosos, assim como a responsabilidade do jornal em lançar conteúdos na tessitura social. Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) reforçam que o jornalismo deve fornecer um fórum para a crítica pública. Para eles, mesmo que a profissão passe por transformações é fundamental que essa discussão pública continue sendo construída sobre os mesmos princípios da veracidade e verificação dos fatos, pois, para os autores, um fórum sem respeito pelos fatos acaba falhando. Kovach e Rosenstiel (2004, p. 208) sintetizam que, um debate que é apoiado sobre suposições e preconceitos só agita.

Em cima do que pontuam os autores, deve-se lançar luz sobre os acontecimentos sociais de maneira a gerar entendimento das situações e não fortalecer imagens enviesadas. O risco de publicar conteúdo sem uma verificação eficiente é acabar por reforçando ideias e padrões presentes no senso comum.

Quando Michel Misse (2006) discute sobre o tratamento dado à violência pela mídia o autor pontua para uma configuração imaginária, ou seja, “qualquer coisa pode ser encapsulada na categoria de “violência”, e, desse modo, pode se produzir um discurso histórico sobre o problema que nós enfrentamos”. Muito mais do que ficar estagnado na própria mídia, Misse entende que esse discurso histórico retorna à sociedade, interage nela e produz dentro dela reações também históricas (MISSE, 2006,

p. 21, grifo do autor). Sobre essa situação pode-se citar a reportagem de 10 de novembro de *A Tribuna* “Ladrões roubam dez celulares por dia na Serra”. O conteúdo, produzido em cima de um levantamento feito por Fábio Pedroto, delegado Delegacia de Novo Horizonte na ocasião evidencia quais localidades na Serra apresentam maior índice de roubos de celulares e descreve como agem os assaltantes. Conteúdos como esse evidentemente reportam números oficiais e recorrem também a fontes desse caráter para explicar tais dados. A questão principal, é que, ao invés de problematizar a violência, cria-se conteúdo naturalizando-a ao ponto de lançar ao público um material que divulgue padrões de comportamento – como “o que fazer para não ser assaltado”, por exemplo. Como síntese de tal pensamento pode-se citar o trecho da própria reportagem: “Para diminuir o risco de assaltos, a recomendação é que as pessoas não deixem os celulares à mostra em locais de grande movimento. Além disso, o ideal é estar sempre atento ao redor e, se possível, evitar utilizar o aparelho em shows e baladas” (*A TRIBUNA*, 2016, p. 11).

Acaba-se gerando um conteúdo que parte do pressuposto de que a violência é um fenômeno já dado, (quase que uma característica indissociável da tessitura social), sendo assim, cabe a todos aqueles que circulam nesse cenário se adaptarem a dada realidade.

Há dentro dessas narrativas outro risco: de taxar dentro dos próprios personagens dos conteúdos jornalísticos aqueles que se enquadram no padrão de suspeitos ou vítimas. Exemplo disso é a reportagem especial de 06 de agosto também de *A Tribuna* “Passageira ferida a tiro por demorar a entregar celular”. Como parte da matéria há uma nota com o título “Bandido usava roupa social”. Tal conteúdo ressalta o estranhamento com o vestuário do acusado: “Bem arrumado, com calça e camisa social. Assim estava vestido o bandido que atirou contra uma vendedora na noite de domingo, durante um assalto. O criminoso agiu com um cúmplice” (*A TRIBUNA*, 2016, p. 2). O trecho acaba por apontar – e o jornal acaba por reforçar – a existência de um padrão de vestuário pelos criminosos como se aqueles que andassem arrumados não pudessem efetuar tais ações.

Os trechos acima dialogam com a temática da produção de conteúdo jornalístico. Mesmo recorrendo a procedimentos metodológicos que visam isenção, ela estará sempre, em alguma medida, presa a visões de mundo e posicionamentos de um grupo específico. Miquel Rodrigo Alsina ao discutir sobre a produção da notícia destaca que

---

os estereótipos são parte do referencial para construir sentido. O autor pontua que eles colaboram para reduzir a complexidade da realidade, assim como dar sentido ao que se tem pouca informação (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 274).

Reconhecendo assim o jornalismo como produtor de sentido, é nele também que encontramos traços sobre os padrões normativos da sociedade. Mesmo que não seja a instância responsável por criá-los, há de se considerar tal campo como um dos ambientes em que eles são apresentados, representados e reforçados diariamente.

Os conteúdos permitem pensar também na relação específica do jornalismo com a violência. Michel Misse propõe entender que a mídia não irá apenas descrever o que ele chama de violência, ela é na verdade também um dos atores desse drama social, ela participa da sua construção (MISSE, 2006, p. 26).

## **Conclusão**

Sobre as representações dos bairros vulneráveis nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* foi importante visualizar que, mesmo que os conteúdos publicados não fossem direcionados a assuntos policiais, nem ao caderno de Polícia, a violência acabava, de alguma maneira, por perpassar os assuntos sobre essas localidades. Os conteúdos publicados em Cidades e AT2 ou C2 ao divulgar sobre projetos culturais nas regiões vulneráveis faziam a marcação de que tais ações são importantes, pois afastam os jovens e as crianças da vida no crime.

Outro ponto a se considerar sobre os bairros vulneráveis são as coberturas noticiosas que os apontam como “territórios do crime”. Ao taxar essas localidades dessa maneira os jornais podem acabar por colaborar na confecção de um mapa simbólico do medo. Criam-se espaços a serem evitados, assim como o medo das pessoas que os frequentam e/ou neles moram. Nessa perspectiva, Marcondes Filho ressalta para a disseminação de “inimigos públicos” pelos veículos de comunicação:

Essa disseminação de “inimigos públicos” por intermédio dos meios de comunicação “de massa” viabilizados pela adoção de estereótipos e da confirmação, na maioria dos casos, de marginalizações reais da estrutura econômica, política e social, atua no sentido de quebrar possíveis laços de solidariedade e de união, que, num segundo momento, poderiam ser mobilizados contra o Estado (MARCONDES FILHO, 1986, p. 17).

---

Em síntese, ao visualizar a cobertura dos impressos capixabas sobre os bairros vulneráveis da Grande Vitória nota-se uma cobertura sobre a violência que se centra especificamente na descrição dos eventos. São poucos os conteúdos destinados a trazer uma maior complexidade sobre a problemática. Discute-se sobre a violência de forma fragmentada. Os eventos são resumidos em notas, e notícias que, em síntese, contatam a polícia para explicar os acontecimentos diários. Como se somente a polícia fosse responsável e desse conta de resolver tal cenário. Cria-se a dualidade de encarar a violência apenas em uma relação punitiva, com as perseguições policiais e as prisões. É a polícia *versus* os bandidos, o bem *versus* o mal.

A respeito dos conteúdos voltados à área de cultura questiona-se sobre o esquecimento histórico desses bairros por parte do próprio governo. Com exceção dos conteúdos do Ocupação Social, poucas foram as vezes em que os bairros vulneráveis foram destaques por acontecimentos culturais. Tal fato leva a pensar sobre a falta de estruturas e oportunidades que esses bairros oferecem, especialmente no que diz respeito à faixa etária jovem. Essa perspectiva diz respeito também ao silenciamento dos jornais em relação a essas localidades. O que elas têm a oferecer que não seja a violência representada diariamente nos jornais?

Se é também o jornalismo responsável por dar ordem ao mundo, convém pensar na forma como o mesmo vem sendo feito e o que é necessário para aprimorá-lo. Se a instituição consegue ocupar espaços em que a maior parte da população não pode e ouve fontes que a maioria das pessoas não teria acesso é de sua responsabilidade trazer à tona as informações que contribuem para o melhor entendimento dos indivíduos enquanto sociedade. É necessário reforçar seu caráter de um narrador da realidade que foi assim estabelecido por desempenhar sua função com credibilidade e ter relevância social. Caso contrário, torna-se difícil justificar sua existência e até mesmo sua importância em relação a outras instâncias que também tecem narrativas e falam sobre o outro.

## Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.  
CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.  
KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2004.

- 
- LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2001.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1982.
- MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro: tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), 1999.**
- RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SANTOS, Milton; RIBEIRO, Wagner Costa; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SECRETARIA DO ESTADO DE DIREITOS HUMANOS. **Ocupação Social**, 2018. Informações disponíveis em: < <https://sedh.es.gov.br/ocupacao-social-3>>. Acesso em: 30/09/2018.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2013.